

POLÍTICA ECONÔMICA

Economistas sugerem novos ajustes

Contenção de tarifas públicas e mais controle monetário estão na receita

MARIA APARECIDA DAMASCO

Ao final de uma semana de verdadeiro tiroteio de informações dentro do governo, os ministros da área econômica receberam um considerável reforço da comunidade acadêmica. Na quinta-feira à tarde, um grupo de economistas que se reúne sistematicamente no gabinete do ministério da Fazenda, em São Paulo, defendeu a estratégia de "levar o barco" até as eleições — sem choque, desvalorização cambial ou qualquer outra mudança radical que possa perturbar a delicada travessia. Exatamente a estratégia pregada pelos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, em oposição frontal às propostas de choque que começaram a circular em algumas áreas do Palácio do Planalto, quando a inflação bateu nos 35% mensais.

Quem recebeu os economistas foi o chefe de gabinete de Mailson, Milton de Assis. Entre os participantes da reunião, estavam representantes de várias escolas e correntes de pensamento: Celso Martoné, Carlos Longo, José Roberto Mendonça de Barros e Juarez Rizzi, da USP, Antonio Kandir, da Unicamp, Péricio Arida e André Lira Resende, da PUC carioca.

Os economistas — mesmo os não-consultados pela Fazenda — fizeram um diagnóstico muito parecido do quadro atual e do que é possível fazer até a virada do governo. Antes de mais nada, há quase um consenso de que a hiperinflação não está aí e nem vai chegar com a facilidade imaginada por muitos. O alto grau de sofisticação da economia brasileira, a experiência de indexação e o potencial de obtenção de saldos comerciais gigantes, em conjunto, afastam o risco da hiperinflação. "O processo é de morte lenta", compara Antonio Kandir. A inflação brasileira já está na faixa de 40%, caminha para os 50% — e pode ser que nem nesse ponto se caracterize a hiperinflação, ao contrário do que dizem os manuais de economia (ver ao lado).

Se a hiperinflação não está tão próxima, não se justificaria nenhum ato de desespero. Em outras palavras, um quarto choque, com um governo desgastado e em final de mandato não faria efeito nem sentido. O razoável é tentar manter tudo como está, com ajustes localizados. "O grande cacife de Mailson é que a sociedade quer chegar até às eleições", afirma o economista e consultor de empresas José Roberto Mendonça de Barros. "Se o Banco Central não fizer outra bobagem na política

monetária, com as idas e vindas na fixação da taxa do over, na semana passada, pode ser que cheguemos até lá", antecipa o consultor José Augusto Arantes Savazini, integrante da equipe econômica do ex-ministro Delfim Netto (ver abaixo).

O primeiro ajuste e a contenção das tarifas públicas. Com uma inflação desse tamanho, não dá para manter a política de reajustar os preços públicos um pouco acima do IPC, como estimulam o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas também não dá para recorrer a um arrocho de tarifas, a exemplo do que fez o ex-ministro Francisco Dornelles, logo no início do governo Sarney. O próximo presidente da República iria herdar um conjunto de estatais realmente falidas.

Controle monetário rígido, na opinião dos economistas, também é essencial nesse período. O próprio ministro da Fazenda já prometeu ao mercado manter os juros reais em 3%. "Nessas alturas, se os juros subirem de 3% para 5% ou mais, provavelmente não acontece nada, mas se os juros cairam é o desastre", adverte Mendonça de Barros. Por desastre, entenda-se fuga de dinheiro do over para o ouro, dólar, estoques, consumo — numa onda de especulação alimentada pelo temor de um calote na dívida interna, sobretudo no novo governo.

O mais complicado, contudo é acertar um esquema de contenção de preços no setor privado, apelando só para o "diálogo", como insistem os representantes da equipe econômica do governo Sarney. O ministro da Fazenda deverá iniciar amanhã uma rodada de conversas com líderes das principais áreas empresariais, para convencê-los a conter seu apetite de reajustes de preços. Vai ser uma reedição da maratona de encontros do meio do ano, quando Mailson se empenhou em mostrar que a situação estava sob controle e a inflação poderia ficar em 30% — só que, agora, é preciso provar que ela pode ficar em 40%.

É verdade que há interesse de todas as partes em evitar a hiperinflação. Mas ninguém consegue definir o que pode sair, de concreto, dessas reuniões. "Um pacto amplo não funcionaria, às vésperas de mudança de governo, mas pode ser acertado algum mecanismo de coordenação de preços para vigorar por 45 dias", argumenta Kandir. "Prefixação de índices de reajustes ou de redutor também não vingaria, pois essa munição foi gasta na tentativa de pacto do final do ano passado", lembra Mendonça de Barros. Nesse caso, só restaria ao governo buscar algum tipo de "acordo de cavalheiros", cuja fragilidade a história recente da economia brasileira já se cansou de demonstrar.



Carlos Dip/AE

Lucy Bianco/AE

Savazini: dá para chegar à eleição

Kandir: pacto amplo não funciona